

O TEA NO ENSINO SUPERIOR: CONHECIMENTO DOS DOCENTES DE UMA IES PARAIBANA

ADS IN SUPEROR TEACHING: KNOWLEDGE OF TEACHERS OF A PARAIBANA HEI

Salomite dos Santos Delgado¹
Livânia Beltrão Tavares²

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar o conhecimento dos professores universitários do curso de Educação Física no município de Campina Grande acerca do TEA e das metodologias específicas de ensino para os autistas. Em relação à metodologia, o estudo é de caráter descritivo com abordagem qualitativa. A amostra da pesquisa foi composta por nove docentes universitários do curso de Educação Física em uma universidade pública do município de Campina Grande e utilizou-se como instrumento para coleta de dados um questionário semiestruturado. Constatou-se falta de conhecimento e de envolvimento por parte da maioria dos participantes da pesquisa em relação à temática do Transtorno do Espectro Autista. O estudo visa contribuir para que os professores possam refletir sobre a prática pedagógica de ensino com autistas no ensino superior.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro Autista – TEA; Ensino superior; Ensino de Educação Física; Metodologia de ensino.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the knowledge of university professors of the Physical Education course in the city of Campina Grande about ASD and specific teaching methodologies for autistic people. Regarding the methodology, the study is descriptive with a qualitative approach. The research sample consisted of nine university professors from the Physical Education course at a public university in the city of Campina Grande and a semi-structured questionnaire was used as an instrument for data collection. There was a lack of knowledge and involvement on the part of the majority of the research participants in relation to the theme of Autism Spectrum Disorder. The study aims to contribute so that teachers can reflect on the pedagogical practice of teaching with autistic people in higher education.

Keywords: Autism Spectrum Disorder - ASD; Higher education; Physical Education Teaching; Teaching methodology.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Ferreira (2018, p.18) “Autismo [...] é uma condição neurodivergente, que tem como origem a combinação de diversos genes, e que impõe uma forma de processamento neuronal de determinadas informações de maneira não usual”. Indivíduos com (TEA) Transtorno do

¹ Especialista em Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva – UEPB, Brasil; Especialista em Educação Física Escolar – UEPB, Brasil. E-mail: salomite@outlook.com

² Doutora em Psicologia – UCES – Buenos Aires, Mestre em Saúde Coletiva – UEPB, Brasil, Neuropsicóloga Clínica, Psicopedagoga Clínica. E-mail: psicolivaniabeltrao@gmail.com

Espectro do Autismo necessitam de adaptações essenciais no processo de aprendizagem, deve-se analisar e estudar cada aluno de forma individualizada, as suas características físicas, sociais e psicológicas, pois cada ser é único.

Conforme a lei nº 13.146 que designada como (LBI) Lei Brasileira de inclusão da pessoa com Deficiência, no capítulo IV referente ao direito à educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Em relação ao ensino superior, a LBI (2015), declara no art. 28 e inciso XIII que o “acesso à educação superior [...] em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”; e no inciso XIV expõe a questão da “inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento”.

Os aparatos metodológicos do ensino possibilitam uma maior compreensão sobre o planejamento do ensino e, a Educação Física inserida neste contexto, atribui ampliar essa perspectiva do conhecimento.

Necessita-se viabilizar nos cursos de Educação Física esta temática do TEA, para os docentes do ensino superior conscientizar os graduandos sobre a importância de incluir os alunos com TEA em sala de aula, e de conhecerem as metodologias específicas para esse público e, também no desenvolvimento da formação crítica do conhecimento dos alunos, contribuindo para refletirem sobre a prática pedagógica de ensino com autistas.

O presente trabalho tem como finalidade analisar o conhecimento dos professores universitários do curso de Educação Física em uma universidade pública de Campina Grande, a respeito da temática do Transtorno do Espectro Autista, visando investigar e discutir o conhecimento dos mesmos acerca dos métodos de ensino para com os alunos com TEA ou futuros alunos com TEA. O presente estudo elenca como problemática central indagar se os professores universitários do curso de Educação Física estão se capacitando profissionalmente e estudando para atuarem com indivíduos autistas no ensino superior? Visando esse pressuposto, será que os professores de Educação Física da instituição de ensino superior (IES) conhecem e compreendem as metodologias para indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo?

A pesquisa foi realizada de duas formas, foi enviado o questionário por meio da plataforma virtual do *google forms* ou por *e-mail*, para os professores participantes do estudo.

2. ALGUNS DOS PRINCIPAIS APARATOS METODOLÓGICOS DE INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS E COMPORTAMENTAIS PARA OS INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

2.1 Análise do Comportamento Aplicada – ABA

A análise do comportamento aplicada surgiu do Behaviorismo radical criado por Skinner. Para Andrade et al. (2014, p. 03) definem a ABA como “uma área da Teoria Comportamental. Essa teoria dedica-se a observar, analisar e explicar a relação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem”. Ou seja, é uma ciência que estuda o comportamento humano e visa contribuir na esfera da intervenção para ampliar a compreensão dos indivíduos com TEA em relação do mundo ao seu redor, da comunicação e das interações sociais.

Utiliza-se o condicionamento operante visando motivadores para que tenha êxito na modificação do comportamento e assim estimular a realizar as tarefas de forma correta e com condutas de diminuição de comportamentos problemas.

2.2 Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a Comunicação - TEACCH

Para Araújo (2015, p. 04) “Um dos métodos de ensino mais utilizados no Brasil para atender o autista é o TEACCH, desenvolvido no início de 1970 pelo Dr. Eric Schopler e colaboradores, na Universidade da Carolina do Norte, tornando-se conhecido no mundo inteiro”.

O TEACCH se baseia em um ensino estruturado, ou seja, é um método organizado, pois tem o intuito de dificultar possíveis problemas de comportamento, com isso, o local de ensino, os materiais, o tempo e principalmente as atividades são estruturadas.

Suas bases teóricas são a Teoria Behaviorista e a Psicolinguística. A valorização das descrições das condutas, a utilização de programas passo a passo e o uso de reforçadores, evidenciam as características comportamentais. Por outro lado, foi na psicolinguística que se buscou as estratégias para compensar os déficits comunicativos desta Síndrome, como a utilização de recursos visuais, proporcionando interação entre pensamento e linguagem e para ampliar as capacidades de compreensão, onde a imagem visual é geradora de comunicação (Kwee, Sampaio & Atherino, 2009, p. 218).

2.3 Sistema de Comunicação Alternativa por Figuras – PECS

Segundo Mezzomo & Watzlawick (2014) “foi criado pela fonoaudióloga Lori Frost e pelo seu colega de trabalho o psicólogo Andy Bondy na cidade de Delaware nos Estados Unidos”.

A comunicação com o PECS pode até diminuir alguns comportamentos inadequados, pois podem ocorrer pelo fato do autista tentar se comunicar ou desejar algo e os demais não entender o que o mesmo quer e acarretará na frustração dos indivíduos com TEA.

De acordo com Silva (2016, p. 27) “PECS consiste na troca de figuras para representar a fala, uma maneira fácil e aceita por todo mundo [...]”.

3. A INCLUSÃO DOS AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR

Para Copetti, (2012, p. 20) “os profissionais inseridos na área devem estar preparados para receberem todos os alunos independentes das deficiências que possam ser apresentadas pelos alunos”. Os professores de Educação Física tanto da esfera do ensino básico quanto do superior devem buscar conhecimento para garantir que todos os alunos sejam incluídos nas aulas.

De acordo com Copetti, (2012, p. 24) “a Educação Física [...] deve propiciar o desenvolvimento global de seus alunos, identificar as necessidades e capacidades de cada educando [...] bem como facilitar sua independência e autonomia, facilitando o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social”. Nunca ter o aluno deficiente como coitadinho e muito menos visar o capacitismo, sabendo que ele tem suas limitações e dificuldades, mas que é possível superá-las, fazendo uso de estratégias apropriadas.

Adequar as atividades para os alunos que necessitam, estudar como o aluno aprende e quais são as suas limitações, utilizar as metodologias específicas para os estudantes autistas que necessitem dela e, o professor aprofundar os conhecimentos a respeito do ensino e aprendizagem dos autistas. Para Rocha, Souza, Santos, Teodoro e Fabiano (2018, p. 143-144) “Ainda, questões que se impõe a décadas na educação brasileira devem ser encaradas: a flexibilização do currículo, a necessidade do especialista, a aplicação das provas especiais como forma alternativa de avaliação dentre inúmeras outras”.

A maioria dos indivíduos com TEA tendem a seguir uma rotina, com isso no ensino superior os professores devem anteceder o que vai acontecer nas aulas para os mesmos estarem preparados

e caso ocorra alguma modificação no cronograma de estudo, o estudante ser notificado com antecedência.

4. METODOLOGIA

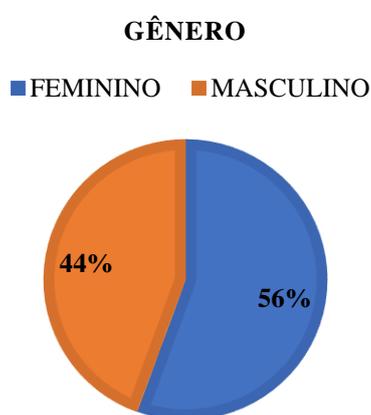
A metodologia do presente estudo é de caráter descritivo, com abordagem qualitativa. Segundo Triviños (1987, p. 10) “Os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. [...] O estudo descritivo pretende descrever "com exatidão" os fatos e fenômenos de determinada realidade”. “São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas” (Severino, 2007, p. 119).

A população da pesquisa foi composta por 25 professores de Educação Física do ensino superior de uma universidade pública na cidade de Campina Grande/PB, sendo 11 do sexo feminino e 14 do sexo masculino e, a amostra foi com 9 professores. A pesquisa foi realizada de duas maneiras, por meio da plataforma virtual do *google forms* ou por *e-mail*, através do qual os questionários foram enviados aos professores que aceitaram participar da pesquisa.

Para coleta de dados foi aplicado um questionário semiestruturado, contendo perguntas “abertas e fechadas”. Para Gil (2008, p. 121), “Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações”.

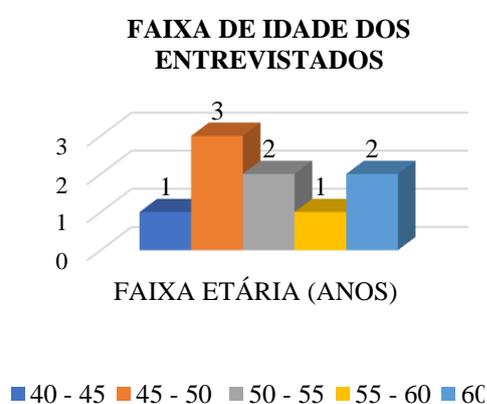
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Conforme os dados obtidos no **Gráfico 1**, mostrando uma predominância nos dados da pesquisa ressaltando o gênero feminino em relação ao masculino na atividade docente de uma universidade pública da Paraíba. Contudo, esses dados mostram um aumento significativo do corpo docente feminino no curso de Educação Física da instituição que aceitaram participar da pesquisa. É um fato marcante, pois as mulheres cada vez mais estão ganhando espaço no que tange a questão do trabalho, em que nesse caso se designa à docência universitária.

Para Daolio (2006, p. 114) “Se a sociedade tem determinado um papel inferior às mulheres no que se refere às habilidades motoras, por outro lado, esse papel, por ser fruto de construção cultural, é passível de alterações”. Essa construção cultural da mulher no mercado de trabalho ocorreu gradualmente ao longo do tempo, em que é derivado de um longo processo de ressignificação e modificação do papel da mulher na sociedade, fruto de lutas constantes, mas ainda estamos nessa construção do empoderamento feminino.

No que se refere à idade no **Gráfico 2**, obteve-se que os professores participantes da pesquisa a faixa etária variaram entre 41 a 61 anos. Em relação ao tempo de docência, os professores informaram que atuavam entre o período de 08 a 37 anos de docência em uma universidade Paraibana.

Gráfico 3 - Nível de Pós-Graduação dos professores universitários entrevistados

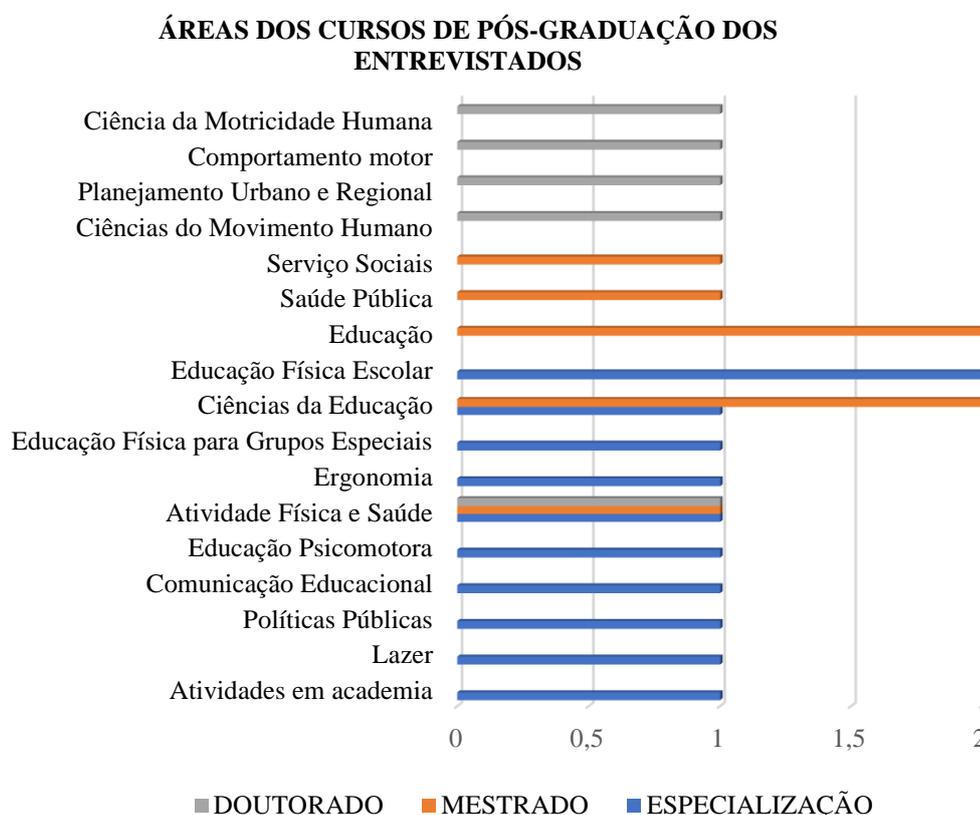


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação aos 9 entrevistados todos possuem Pós-Graduação no **Gráfico 3**, Nota-se que na questão da titulação ainda possui professor com apenas especialização em sua titulação, porém a maioria em si possui as três titulações.

Segundo Kokubun (2006, p. 31) “Na Educação Física brasileira, a Pós-Graduação tem sido considerada primordialmente um meio para formação de recursos humanos para o magistério superior”. A Pós-Graduação é um dos principais meios de entrada para ingressar como professor universitário nas instituições de formação tanto pública como privada, nela se adquire o aperfeiçoamento do conhecimento em determinada área.

Gráfico 4 - Áreas dos cursos de Pós-Graduação dos professores universitários entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A pós-graduação stricto sensu da Educação Física brasileira é um fenômeno relativamente recente. Os primeiros cursos surgiram entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980. Todavia, ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010 ocorreu um expressivo crescimento no número de cursos de mestrado e de doutorado na área (Corrêa, Corrêa & Rigo, 2019, p. 360).

Para Gomes, Furtado, Junior & Silva (2019, p. 13) “A discussão acerca da pós-graduação em

Educação Física no Brasil, notadamente no que se refere às discussões pedagógicas, ainda é algo bastante complexo e por vezes carregado de ranços históricos”. O **Gráfico 4**, mostra que a maioria das áreas de Pós-Graduação é em torno da educação, o qual é algo positivo, pois há uma grande predominância de cursos de Pós-Graduação mais voltados para as áreas da saúde, contudo havendo pouco nas áreas políticas, social e de planejamento urbano e regional e, escassez principalmente no que tange as áreas filosóficas e de educação adaptada e inclusiva. Em seguida vêm as Pós-Graduações ligadas à área da saúde que vem abrangendo uma variação de cursos.

Conforme Todorov & Hanna (2010, p. 149) “Na região nordeste, desconhecemos cursos de pós-graduação com possibilidade de orientação em análise do comportamento”.

Quadro 1 - Disciplinas que ministram?

DOCENTES	DISCIPLINAS QUE MINISTRAM
P1	Estudo do lazer; Políticas Públicas de Esporte e Lazer; Danças.
P2	Gestão em Educação Física Escolar, Estágios Supervisionados I, II e III na Licenciatura e Estágios Supervisionados I, II, III e IV no Bacharelado em Educação Física.
P3	Estudos do Lazer, Estágio na Licenciatura e no Bacharelado e Métodos e Técnicas de Pesquisa.
P4	Fundamentos da Educação Física II – Estágios Supervisionados I e II.
P5	Políticas Públicas e Ergonomia.
P6	Atividade física para Deficientes, Direitos Humanos e Diversidades, Estágios I e III.
P7	Medidas e Avaliação em Educação Física; Atividade Física e Envelhecimento Humano e Estágio Supervisionado II.
P8	Brincadeiras e Jogos; Estágio Supervisionado;
P9	Atividades Aquáticas; Fundamentos da Educação Física; Ginásticas; Práticos Corporais de Aventura.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Trata-se da necessidade do docente estar em constante formação, ser capaz de cumprir as exigências das instituições de ensino, atender as necessidades e expectativas dos alunos, ter criatividade para trabalhar com turmas heterogêneas e saber lidar com as diferenças, conseguir articular diferentes conteúdos, acompanhar os avanços tecnológicos, cumprir o programa de ensino, aliar ensino e pesquisa etc. (Metzner, 2014, p. 639).

Em relação ao **Quadro 1**, vem abranger uma variação de disciplinas ministradas pelos professores, em que vai desde os blocos de conteúdos interligadas a área da Educação Física, a disciplinas que visem a saúde, política, científicas e metodológicas. O P6, as disciplinas ministradas por ele enfatizam os componentes: “*Atividade física para Deficientes, Direitos Humanos e Diversidades [...]*”. Ou seja, são disciplinas que têm a finalidade nas diversidades, que instiga nos alunos o senso de empatia e de adquirir conhecimentos em relação às variadas deficiências.

Quadro 2 - 1) O que você sabe sobre o Transtorno do Espectro Autista?

P1	É um transtorno do neurodesenvolvimento infantil que está caracterizado pelas dificuldades de integração social, comunicação, comportamentos repetitivos e interesses restritos.
P2	Refere-se a série de condições caracterizadas pelos desafios como habilidades sociais, comportamentos repetitivos, fala e comunicação não-verbal, bem como por forças e diferenças únicas.
P3	Pessoa que está voltada para si, não se dando conta do seu entorno, que tem determinados momentos que muda de temperamento repentino, às vezes chegando a ficar agressivo.
P4	É um transtorno neural causado por dificuldades na comunicação, na interação social, comportamentos repetitivos, podendo apresentar dificuldades sensoriais.
P5	Sei muito pouco.
P6	Definição, características, métodos de atividades motoras para autistas.
P7	Distúrbio neurológico o qual o indivíduo apresenta dificuldade de comunicação e socialização com outras pessoas, sendo que esta tem graduação diferente para cada um.
P8	O transtorno do espectro autismo é um transtorno de neurodesenvolvimento no qual a pessoa tem dificuldades de comunicação.
P9	O pouco que sei é referente a algumas pessoas próximas a mim, como um primo. No mais, nunca procurei saber.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No **Quadro 2**, em relação a essa pergunta os professores P1, P2, P4, P7 e P8 falaram sobre o TEA o definindo e designando as características do autismo.

Essas conceituações são oriundas de manuais psiquiátricos como o DSM-V em que conforme o DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) “O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades” (2014, p. 809).

Os indivíduos com TEA são muito tabulados pelas características, mas vai muito mais além que isso, quando se foca apenas em suas características do transtorno os deixam inertes ao capacitismo, sendo eles muito mais do que um diagnóstico. Para Dias (2013, p. 02) “Capacitismo é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas [...]. A deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano”.

O P3 generalizou em seu comentário, pois nem todo indivíduo com TEA fica no seu mundinho, modifica o comportamento repentinamente e nem tão pouco é agressivo, isso varia de cada autista, em que existe a individualidade de cada um, ou seja, nenhum autista é igual ao outro e nem sequer apresenta os mesmos comportamentos, nem todo autista severo é agressivo como nem todo autista com nível leve é calmo, como introduzindo um trecho do comentário do P7 “sendo que esta tem graduação diferente para cada um”, ou seja, cada um apresenta as suas idiosincrasias

de formas diferentes. O P5 e o P9 ambos afirmaram saber pouco do assunto, ao qual apresentaram certo desinteresse no assunto.

Gráfico 5 - 2) Você já ministrou aula para aluno com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior?



Quadro 3 - Perguntas que não houve respostas

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

PERGUNTAS QUE NINGUÉM RESPONDEU
2.1- Se sim, você utiliza as metodologias e métodos voltados para alunos com Transtorno do Espectro Autista nas suas aulas? ()SIM ()NÃO
2. 2.1.1- Se sim, qual e por que a utiliza?
2.1.2- Se não, por que não utiliza?

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

As perguntas 2, 2.1, 2.1.1, 2.1.2 estão interligadas uma na outra e, não houve respostas para as perguntas do **Quadro 3**, só houve resposta na pergunta 2, o **Gráfico 5**, mostra que 100% afirmaram que nunca ministrou aula para alunos com TEA e, isso me vem uma indagação: Por que não possui nenhum aluno com TEA no curso de Educação Física desta instituição? O porquê desses alunos ainda não chegarem à universidade? Essa questão é muito séria, pois para os mesmos chegarem à universidade precisa de uma base sólida no ensino básico, ou seja, um acompanhamento específico para as suas necessidades, mesmo as leis garantindo o direito a cuidadores, entretanto as leis existem, mas, na prática as coisas funcionam diferente.

Necessita-se analisar a qualidade do ensino que está sendo repassada para esses alunos. O ideal seria que o sucesso dos alunos com TEA estivesse associado ao sucesso de todo o sistema educacional, desde o ensino básico até o superior, mas infelizmente não é o caso, sabemos das dificuldades encontradas por esse público no sistema educacional, os direitos na maioria são postos, porém a qualidade às vezes não se adequa ao que o aluno precisa. É um ensino que precisa de adaptações e de formas avaliativas corretas para o ingresso dos mesmos na universidade. Mas, será no que tange a forma de prestar vestibular se adaptou a esse público e, como ocorre essa

adaptação?

Para Sales & Viana (2019) “A problemática do ensino e aprendizagem para o público com Transtorno do Espectro do Autismo se configura como uma demanda repleta de possibilidades pedagógicas, mas permeada por dúvidas e preconceitos que precisam ser desmistificados e superados”.

2.2) Se não, você está se preparando caso entre algum graduando com Transtorno do Espectro Autista no curso? Comente.

Em relação à pergunta 2.2, a resposta do P1, no trecho em que ele fala “[...] é uma situação que não é nova, mas torna-se nova, pois no tempo que terminei Educação Física não existia essas coisas, a ciência sempre existiu [...]”, com isso, destaca-se o estudo científico de Timo, Maia & Ribeiro (2011, p 834) “[...] a primeira descrição da síndrome do autismo infantil foi feita em 1943 por Leo Kanner. O artigo intitulado “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, publicado na extinta revista *The Nervous Child*, compreende a apresentação de 11 casos clínicos de crianças [...]”. Ou seja, há muito tempo já havia estudos com esse público, porém nessa linha tênue em relação ao autismo, agora na atualidade é que se vê mais se falando sobre o TEA. O mesmo professor também fala “[...] As leis existem há muito tempo, porém a sociedade ainda não está pronta para receber nem no ambiente cívico e no ambiente profissional [...]”, a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que se designa à LDB ressalta o direito ao ensino regular dos alunos deficientes, a lei nº 13.146 de 2015 é a LBI assegura o direito a educação inclusiva em todos os níveis educacionais, já a lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, designada como a lei Berenice Piana, que é voltada exclusivamente para indivíduos com TEA e, ressalta o direito ao acompanhante especializado, mas como o professor aponta que ainda falta a conscientização da sociedade para obter-se a inclusão dos autistas no meio social. E, o P1 esclarece que “Estou estudando, pois possa ser que eu me depare algum dia com algum aluno com essa síndrome, porém nunca dei aula, por isso que eu não conheço muita coisa, mas estou estudando por uma questão de curiosidade”; e o P8 informa “Tenho lido e estudado sobre a temática, pois me interessa e já ministrei aulas em curso superior na disciplina de Educação Física para deficientes na qual discutimos sobre o TEA”.

Ambos os professores informam que estão estudando a respeito do assunto, é muito importante, pois demonstraram que estão no processo de construção de sair da bolha em que estão

e pensem em novas perspectivas para o ensino e incentivarem o senso crítico em seus alunos a respeito das diferentes questões. O P6 diz que está se preparando, mas não comenta. O P2 comenta *“Como meu componente é oferecido no 6º período em diante, terei 3 anos para me preparar juntamente com outros profissionais. Atualmente temos um aluno com deficiência auditiva”*, ele só irá se preparar caso ingresse algum aluno com TEA e, caso ocorra modificações na grade curricular e o mesmo tenha que ir ministrar aula nos períodos iniciais e se depare com o estudante que tenha TEA?. O P3 não comentou, talvez seja por desconhecimento e/ou falta de interesse em relação ao assunto. Os professores P4, P5, P7 e o P9 afirmaram que não estão preparados para atuar com alunos que possuem TEA, entretanto o P4 e o P5 comentaram *“Porque não tinha pensado nesta possibilidade, em trabalhar com este tipo de aluno”*; *“Infelizmente meu conhecimento é muito pouco sobre o assunto. De verdade nunca imaginei que poríamos ter um aluno com TEA matriculado no nosso departamento”*. O capacitismo intitulado nos comentários de ambos os professores é notório, por talvez achassem que os alunos com TEA são incapazes de chegar no nível superior, o que de fato esses comentários entram em contradição com o censo do MEC/ INEP (2018) que em relação à Educação Superior mostra que a quantidade de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação foi de 38.272 em 2017, evoluiu muito, pois em 2009 foram matriculados 20.530 na educação superior. Especificamente em 2017 o número de matrículas de alunos com autismo infantil foi 378 e com Síndrome de Asperger foi 376, com isso totalizando 754 alunos matriculados com TEA em cursos de graduação.

Gráfico 6 - 3) *Você conhece as metodologias e métodos voltados para alunos com Transtorno do Espectro Autista?*



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Em relação ao **Gráfico 6**, 11% conhecem as metodologias/métodos voltados para alunos com TEA e 89% relataram não conhecer. Os professores necessariamente não precisam dominar tais metodologias, mas se pelo menos buscarem conhecer um pouco dessas metodologias/métodos, já seria um passo importante, pois viabilizaria para os futuros alunos com TEA no curso que possam necessitar destas metodologias, oferecendo aulas adequadas e propícias para o seu desenvolvimento acadêmico. Os autistas que necessitarem de práticas metodológicas adequadas para estimular no seu desenvolvimento acadêmico, profissional e, essa integração das metodologias com a Educação Física visa no propósito de colaborar para o reconhecimento e incentivo de alunos com TEA no ensino superior.

Entre os 9 professores, apenas 1 conhece as metodologias e métodos voltados para os indivíduos com TEA, ou seja, o P6 afirmou conhecer a ABA, o TEACCH e o PEC'S.

O fato do desconhecimento dos professores universitários em relação às metodologias diferenciadas de ensino para os autistas, pode-se justificar pela questão que a maioria dessas metodologias foram implementadas inicialmente por psicólogos, médicos e fonoaudiólogos, especificamente a ABA surgiu nos Estados Unidos a partir da década de 30 por psicólogos.

Conforme Lovaas (2003, p.08) "Na medida em que nós possamos medir para solucionar os problemas e objetividade de comportamentos, podemos utilizar métodos científicos para solucionar os problemas de pessoas que necessitam de ajuda".

Gráfico 7 - 4) Ao longo da sua formação acadêmica/ continuada, você teve acesso às metodologias de ensino voltadas para autistas? Comente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O **Gráfico 7**, aponta que 11% dos professores tiveram acesso às metodologias voltadas para autistas no decorrer de sua formação acadêmica/continuada e 89% não tiveram acesso a esse conhecimento. Ao longo de suas qualificações é necessário buscar meios para ter acesso a essa temática, entretanto não necessitando dominar essas metodologias.

“A inclusão de estudantes neuroatípicos conclama por uma pedagogia acessível que considere o indivíduo, alinhado com programas de formação de professores” (Fischer, 2019, p. 539).

3 professores não comentaram, pode-se remeter na questão de desconhecimento do assunto ou não houve interesse em responder este questionamento. O P6 respondeu que *“Muito pouco só voltado para a inclusão social”*, nesse caso o fator da inclusão já é um aspecto importante, pois objetiva na socialização dos alunos com TEA e, pensar no aluno e nas suas possíveis dificuldades encontradas nas instituições superiores e, de acordo com Castanho & Freitas (2006, p. 94) “[...] estas instituições como os demais contextos educacionais são responsáveis pela promoção da cidadania e como tal tem o dever de oportunizar e incentivar uma educação para todos”.

E 5 professores, responderam o porquê que não tiveram acesso as metodologias específicas para os autistas, os professores P4 e P7 falaram respectivamente que *“Porque não fazia parte da grade curricular”*, *“Não, acho importante pensarmos nos próximo Projeto pedagógico do curso a inclusão de algum componente curricular que contemple o assunto”*, no que tange a essa questão é necessário fazer reformulações curriculares para abranger tais conhecimentos no meio acadêmico, em que deve-se visar primeiramente o projeto pedagógico do curso como o P7 relata, o P5 comentou *“Não me foi apresentado o assunto”*, ou seja, não teve acesso na graduação e nem

buscou Pós-Graduação que tivesse alguma área relacionada com o TEA. O P9 “*Nunca tive acesso. E ó vim conhecer o termo há mais ou menos dois anos atrás*”.

Os autores Onzi & Gomes (2015, p. 191) informaram que “A terceira edição do DSM foi publicada em 1980, listando o autismo infantil em uma categoria denominada Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Em 1987, em sua revisão denominada DSM-III-R, foi abordado o termo Transtorno Autista”. “O DSM-V foi lançado em 2013, e passa a usar a denominação “Transtornos do Espectro do Autismo” [...]” (Cunha, Zino & Martim, 2015, p. 16), esses termos existem há décadas. Já o P8 expressa uma fala diferente dos demais “*Especificamente, não. Mas, acredito que tais “metodologias/métodos” estão relacionados ao que já existe para o desenvolvimento das práticas pedagógicas; porém, devem ser adaptados para cada realidade*”, remetendo-se falar das práticas pedagógicas comuns, isso vai variar das idiossincrasias de cada aluno, alguns irão utilizar das práticas pedagógicas usadas para todos sem problemas, mas outros terão necessidades específicas para as suas dificuldades, como o mesmo professor ressaltou de se adaptar à realidade, mas também é imprescindível fazer uso de estratégias, como mostra o estudo de Fischer (2019) em que se embasou na análise sistêmica dos diários de bordo ao qual foi utilizado o método para autoavaliação da prática pedagógica, visto que foi desempenhado pelo professor da Universidade privada do sul do Brasil do curso de Ciências Biológicas e Psicologia no primeiro semestre de 2018.

[...] o processo inclusivo na universidade não pode ser restrito aos métodos e recursos especializados, mas deve propiciar orientação que leve ao desenvolvimento de competências e habilidades, com a oferta de recursos, apoio e políticas institucionais que permitam a exploração e o domínio cada vez mais amplo das ações educacionais, pois este espaço se constitui como polarizador de transformações e reestruturações ideológicas, sociais e humanas (Marques & Gomes, 2014, p. 316).

Quadro 4 - 5) Quais as suas fontes de conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista?

FONTES DE CONHECIMENTO	NÃO FORMEI CONHECIMENTO	LIVROS	ARTIGOS	CURSOS	CAPACITAÇÃO FORNECIDA PELA INSTITUIÇÃO	OUTROS
P1			X			
P2			X			
P3						X
P4	X					
P5						X
P6			X	X		
P7			X			
P8		X	X			
P9						X
Total	1	1	5	1	0	3

Outros: P3 - Projeto de extensão e TCC de alunos; P5 e P9 - Internet.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No **Quadro 4**, constatou-se que os professores possuem suas fontes de conhecimento bem restrita em relação ao TEA, ao qual o conhecimento dos mesmos está mais voltado para os artigos e em seguida para a internet. Apenas 1 professor não formou conhecimento, o qual infere-se dizer que o mesmo não busca conhecer a respeito do assunto, e que o desinteresse é visível.

No que tange aos artigos, 5 professores marcaram esta alternativa, ele de fato é um dos meios mais acessíveis a todos e, existem algumas revistas na área, ao qual se destacam a Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada e Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada.

No que se refere a cursos, apenas 1 professor a escolheu, tem alguns palestrantes, algumas empresas que desenvolvem cursos e treinamentos para os professores de Educação Física como o caso do Modelo ExerCiência em que os autores Chereguini, Mota & Maximino falam a respeito desse modelo (2020, p. 7725) “Um tipo de serviço que tem se apresentado desde 2018 para treinar e supervisionar profissionais de EF na atuação especializada e articulada com equipe terapêutica sob a ótica da ABA com pessoas TEA é o Modelo ExerCiência”.

Embora o ensino básico tenha sido beneficiado por pesquisas de novas técnicas pedagógicas promotoras da inclusão, pouca tenção tem sido direcionada ao Ensino Superior (ES), o qual vem demandando mais atenção diante do aumento de estudantes com as mais variadas necessidades educacionais (Fischer, 2019, p. 536).

A internet é a fonte de conhecimento mais utilizada pelas pessoas e, está interligada com as demais fontes de conhecimento mencionadas.

Constatou-se que 22% dos professores possuem mais de uma fonte de conhecimento, o que ocasiona em certo desinteresse de buscar por meios de conhecimento por parte dos professores. Como é que, professores universitários em sua maioria mestres e doutores com um nível elevado de estudo, tem e buscam tão pouco os meios de conhecimento no que tange ao TEA?

6) Quais as estratégias para a inclusão do autista no ensino superior que podem ser utilizadas no trabalho pedagógico?

Na pergunta **6**, através dos resultados obtidos, podemos perceber em alguns casos a incoerência apontada entre algumas respostas anteriores com as respostas deste questionamento, ou seja, ocorre um distanciamento entre este discurso com os anteriormente apresentados.

Os professores P5 e o P8 afirmaram, “*Não sei*”; “*Não conheço*”, ao qual se atribui uma

oposição e entra em contradição em relação às respostas das perguntas anteriores do P8, porém o P5 é notório o seu desconhecimento em praticamente quase todas as questões. Os professores P4 e P7 também dizem não conhecer, mas em seus comentários, os mesmos têm noção que precisam estudar sobre o assunto para desenvolver tais estratégias. O TEA é um assunto que sempre há mudanças, há atualizações constantes e na busca desse conhecimento repentinamente pode-se não obter o resultado que se espera, pois requer estudo contínuo e de diversas áreas para compreender tal assunto.

O professor P1 *“Disponibilizar programação com antecedência, avisar o estudante sobre eventuais alterações de cronograma, apoio na socialização, dilatação de tempo na entrega de atividades”*.

No Ensino Superior é possível adotar algumas estratégias que favorecem a inclusão do estudante autista: disponibilizar programação com antecedência e avisar o estudante sobre eventuais alterações de cronograma, apoio na socialização, dilatação de tempo na entrega de atividades, utilização de tecnologia assistiva no apoio à escrita, aulas com mais informações visuais, comunicação objetiva, não utilização de figuras de linguagem, e eliminação de barreiras que causem desconforto sensorial (Ferrari, 2016, p. 05 - 06).

É visível que as estratégias do professor estão iguais ao mencionado no artigo de Ferrari (2016), ou seja, não escreveu o que pensa a respeito das estratégias, apenas pesquisou.

Os professores P2 e o P6 apontaram respectivamente que *“Primeiramente o docente, os técnicos administrativos devem ter um treinamento específico para lidar com o TEA, uma vez que muitos entram nos cursos superiores e não encontra pessoas preparadas para atender suas necessidades, como também os alunos dito normal deve ter essa consciência também”*; *“Conhecimento e conscientização”*, em que o estudo de Donati & Capellini (2018) vem relatar a estratégia feita pela universidade, visando uma consultoria colaborativa ao qual tendo uma parceria entre um profissional especialista no assunto, com gestores universitários, e também com docentes de um curso de matemática no interior Paulista, tendo por finalidade focalizando em um discente com TEA. É necessária toda a comunidade acadêmica esteja preparada para o ingresso do aluno com TEA. E o P2 também ressaltou *“Temos no CCBS um aluno autista no curso de Biologia, segundo os professores e os funcionários, ele é extremamente inteligente”*, o autista de alto funcionamento só porque é extremamente inteligente não quer dizer que não necessite de meios para se adaptar ao meio, a rotina e, verificar as suas dificuldades e potencialidades é muito importante, pois a partir daí se tem uma noção de como trabalhar com o mesmo, é primordial o curso/universidade ter planos de acessibilidade pedagógica.

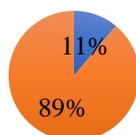
O P3 *“Reconhecimento do grau do Autismo do aluno, a partir de diagnóstico já anterior, solicitação de Tutoria para colaboração no processo de ensino e de aprendizagem”*. O estudo de Souza, Munster, Leiberman & Costa (2017), desenvolveu um trabalho de tutoria nas aulas de Educação Física, ao qual os tutores foram 5 colegas de classe de um jovem com Deficiência Intelectual associada ao autismo, sendo 4 meninas e 1 menino tutores, estudantes da 5ª série da escola municipal situada no interior do estado da Bahia. E, o P3 deu continuidade ao comentário informando que *“Discussão com os demais alunos com estudos e leituras de como lidar com a questão e como podemos torná-lo ativo no processo de sala de aula e nas diferentes experiências vividas”*, é muito importante os demais alunos terem noção da condição do colega e da melhor maneira de como incluí-lo socialmente neste processo educacional, com isso, a instituição deve promover ações para incentivar a inclusão entre o aluno que possui TEA com os demais a sua volta. Segundo Costa & Oliveira (2018, p. 48) *“Esta minoria social é levada ao preconceito vindo da sociedade, pois esta lhe atribui incapacidade de se incluir, quando, de fato, é a própria sociedade a maior responsável por essas barreiras de atitudes que impossibilitam essa inclusão”*. O P9 *“A começar pela obrigatória leitura de artigos e manuais de referência sobre o tema”*, em que podemos destacar o manual de referência na temática é o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em que o mais atualizado é a 5.ª edição, o DSM-V é um manual de psiquiatria, ao qual ele visa o diagnóstico dos Transtornos Mentais, utilizado por diversos profissionais de variadas áreas e principalmente muito utilizado por profissionais da área da saúde e em especial da saúde mental. Um livro de bastante referência que é do autor chamado Lovaas, intitulado de *“Ensinando Indivíduos com atraso de desenvolvimento: técnicas básicas de intervenção”*. Em relação aos artigos, ainda muito precária quantitativamente em relação ao ensino superior, porém no que se refere ao ensino básico existem bem mais publicações.

São ainda escassos os relatos de caso que descrevem o processo de inclusão de estudantes universitários com Transtorno do Espectro Autista (TEA), modelo de publicação que pode ter alta relevância para se compreender a diversidade necessária de ações inclusivas nesse nível educacional (Donati & Capellini, 2018, p. 1461).

Ao serem questionados sobre as estratégias inclusivas, os professores expuseram diversas estratégias das mais variadas formas nas suas respostas, porém não houve nenhum que se apresentasse e relacionasse a família como um meio estratégico para a melhoria da inclusão na instituição superior.

Gráfico 8 - 7) Você participou de atividades que o capacitou atuar com alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista?

PARTICIPOU DE ATIVIDADES QUE O CAPACITOU ATUAR COM ALUNOS COM TEA?



■ SIM ■ NÃO

Quadro 5 - Se sim, comente.

PROFESSOR	RESPOSTA
P6	Cursos e treinamentos e projetos voltados para autistas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os dados apresentados no **Gráfico 8**, mostra que apenas 11% dos professores já participou de atividades que o capacitou a atuar com alunos que possui TEA, 89% não participaram de atividades para esse público. As atividades comentadas pelo professor P6, que respondeu sim no **Quadro 5**, são essenciais estas atividades, pois essas vivências ajudam os professores no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com TEA e, minimiza as barreiras e dificuldades que possa surgir no decorrer das aulas e também é uma ferramenta para buscar soluções as possíveis instabilidades comportamentais, dificuldades acadêmicas e sociais e, com isso, viabilizar estratégias e intervenções pedagógicas para melhorar e aprimorar o conhecimento dos mesmos.

6. CONCLUSÃO

No presente estudo constata-se escassez de conhecimento e certo desinteresse por parte da maioria dos professores do curso de Educação Física em relação à temática do Transtorno do Espectro Autista e, das metodologias de ensino para esse público. Em relação ao que os mesmos sabem sobre o TEA, a maioria definiu de acordo com a perspectiva do modelo médico da deficiência, tabulando como um diagnóstico, que visa o deficiente como doente, em que a patologia vem primeiro do que o indivíduo em si e boa parte afirmou que não está preparada para ter um aluno com TEA em suas aulas. Alguns dos professores sequer tinham imaginado a possibilidade em trabalhar com esse público no ensino superior, evidenciando o capacitismo instaurado no discurso.

Enfim, é importante que os professores discutam tanto no departamento do curso quanto na Universidade como o todo, para viabilizar propostas de caráter pedagógico para o público com TEA, com o intuito de nortear o contexto do trabalho docente por meio do projeto pedagógico do curso e da grade curricular do curso.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V)*. (5a ed). Porto Alegre: Artmed.
- Andrade, A. A., Magalhães, C. G., Gonçalves, D. T., Moreira, F., Barreto, I. S., Lisboa, L., Alves, N. C. A., & França, V. C. J. (2014). *Manual da equipe aba e autismo*.
- Araújo, E. N. (2015). *A contribuição do método TEACCH para o atendimento psicopedagógico*. [Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em psicopedagogia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba].
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1303/1/ENA27092016>
- Castanho, D. M. & Freitas, S. N. (2006). Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, (27), 93-99.
- Chereguini, P., Mota, T. S. & Maximino, J. R. (2020). Educação Física especial aplicada ao autismo no Brasil: avanços recentes e perspectivas de atuação. *Brazilian Journal of health Review*, 3(4), 7722-7728. <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/12849/1079>
- Copetti, J. R. (2012). *A Educação Física escolar e o autismo: um relato de experiência no Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil (IMEAB) no Município de Ijuí (RS)*. [Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física Licenciatura. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul].
<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1273/jocielitcc.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Corrêa, M. R. D., Corrêa, L. Q. & Rigo, L. (2019). C. A pós-graduação na Educação Física brasileira: condições e possibilidades das subáreas sociocultural e pedagógica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 41(4), 359-366.
- Costa, C. P. S. G. & Oliveira, R. S. (2018). A importância do uso de estratégias de mediação pedagógica para a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA). *Educação em Debate*, 40(75), 43-57.
- Cunha, I. A. M., Zino, N. M. A. & Martim, R. C. O. (2015). *A inclusão de crianças com espectro autista: A percepção do professor*. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia. Lins: UNISALESIANO.
<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/58533.pdf>

- Daolio, J. (2006). A construção cultural do corpo feminino, ou o risco de transformar meninas em “Antas”. In J. Daolio (Org.), *Cultura, Educação Física e Futebol* (pp. 107-119). Campinas: Editora da UNICAMP.
- Dias, A. (2013). Por uma genealogia do capacitismo: Da eugenia estatal à narrativa capacitista social. *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência* (pp. 1-14). São Paulo. http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf
- Donati, G. C. F., & Capellini, V. L. M. F. (2018). Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com transtorno do espectro autista. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13(2), 1459-1470.
- Ferrari, J. B. (2016). Inclusão de um estudante autista no ensino superior, um relato de experiência na UFPR Litoral. *Anais do VII Congresso Brasileiro De Educação Especial* (pp. 1-12). São Carlos. São Carlos: UFSCar. <https://proceedings.science/cbee7/papers/inclusao-de-um-estudante-autista-no-ensino-superior%2C-um-relato-de-experiencia-na-ufpr-litoral>
- Ferreira, A. T. (2018). *Autismo e inclusão escolar*. (1a ed.).
- Fischer, M. L. (2019). Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 25(4), 535-552.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, L. C., Furtado, H. L., Junior, M. B. M. S. & Silva, M. M. (2019). Programas de pós-graduação stricto sensu em Educação Física no Brasil: Diversidades epistemológicas na subárea pedagógica. *Revista Movimento*, 25, 01-14.
- Kokubun, E. (2006). Pós-Graduação em Educação Física. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, 20(5), 31-33.
- Kwee, C. S., Sampaio, T. M. M & Atherino, C. T. (2009). Autismo: uma avaliação transdisciplinar baseada no programa TEACCH. *Rev. CEFAC*, 11, 217-226.
- Lei nº 9.394. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm
- Lei nº 12.764. Lei Berenice Piana – Lei de Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm
- Lei nº 13.146. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Lovaas, I. O. (2003). *Ensinando Indivíduos com atraso de desenvolvimento: técnicas básicas de intervenção*. Austin (TX-USA): Pro-Ed.

- Marques, L. S. & Gomes, C. (2014). Concordâncias/discordâncias acerca do processo inclusivo no Ensino Superior: um estudo exploratório. *Revista Educação Especial*, 27(49), 313-326.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. (2018). *Sinopse Estatística da Educação Básica*.
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>
- Metzner, A. C. (2014). Proposta didática para o curso de licenciatura em Educação Física: aprendizagem baseada em casos. *Educ. Pesqui.* 40(3), 637-650.
- Mezzomo, S. & Watzlawick, J. A. A. (2014). Implantação do método PECS – sistema de comunicação por troca de figuras em criança com síndrome de Angelman. In Paraná, Secretaria de Estado da Educação (Orgs.). *Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE* (pp. 1-20). Curitiba: SEED/PR.
- Onzi, F. Z. & Gomes, R. F. (2015). Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. *Caderno pedagógico*, 12(3), 188-199.
- Rocha, B. R., Souza, V. L. M. R., Santos, A. P. R., Teodoro, D. C. & Fabiano, M. A. (2018). Universitários autistas: Considerações sobre a inclusão de pessoas com T.E.A nas IES e sobre a figura do docente nesse processo. *Revista Educação em Foco*, (9), 140-153.
- Sales, J. F. & Viana, T. V. (2019). Autistas na educação superior: superando a invisibilidade e o preconceito. *Anais do VI Encontro Internacional de Jovens Investigadores* (pp. 1-8). Salvador.
http://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2019/TRABALHO_EV124_MD1_SA144_ID305_14072019150921.pdf
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez.
- Silva, R. B. (2016). *O programa son rise e outros métodos utilizados para o trabalho pedagógico com aluno autista*. [Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Atendimento Educacional Especial na Perspectiva da Inclusão. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino Americana].
- Souza, J. V., Munster, M. A. V., Leiberman, L. & Costa, M. P. R. (2017). Programa de formação de colegas tutores: a tutoria no processo de inclusão escolar nas aulas de Educação Física. *Práxis Educativa*, 12(2), 373-394.
- Timo, A. L. R., Maia, N. V. R. & Ribeiro, P. C. (2011). Déficit de imitação e autismo: Uma revisão. *Psicologia USP*, 22(4), 833-850.
- Todorov, J.C. & Hanna, E. S. (2010). Análise do Comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 143-153.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.